

**Bolsas**

Na quinta-feira

0,25%

São Paulo

0,60%

Nova York

**Pontuação B3**

IBovespa nos últimos dias

163.150

165.568

12/1

13/1

14/1

15/1

Na quinta-feira

**R\$ 5,368**

(- 0,61%)

Dólar

Últimos

9/janeiro	5,365
12/janeiro	5,372
13/janeiro	5,376
14/janeiro	5,376

Salário mínimo

**R\$ 1.621**

Euro

Comercial, venda na quinta-feira

**R\$ 6,235**

CDI

Ao ano

**14,90%**

CDB

Prefixado 30 dias (ao ano)

**14,87%**

Inflação

IPCA do IBGE (em %)

Agosto/2025	-0,11
Setembro/2025	0,48
Outubro/2025	0,09
Novembro/2025	0,18
Dezembro/2025	0,33

CASO MASTER

# BC liquida a Reag

Dois meses após o fechamento do Master, alvo da Carbono Oculto tem operações interrompidas pela autoridade monetária

» RAPHAEL PATI

Quase dois meses após o fechamento do Banco Master, o Banco Central determinou, ontem, a liquidação extrajudicial da Reag Investimentos, que deixou de lado esse nome e passou a se chamar recentemente CBSF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Há cinco meses, a Reag foi alvo da Operação Carbono Oculto, da Polícia Federal e da Receita Federal, que investigavam fraudes no setor de combustíveis e lavagem de dinheiro do Primeiro Comando da Capital (PCC).

Em nota, a autoridade monetária destacou que a liquidação foi motivada por “graves violações às normas que regem as atividades das instituições integrantes do SFN (Sistema Financeiro Nacional)”. Ainda segundo o banco, o resultado das apurações pode levar à aplicação de sanções com caráter administrativo. Diante disso, os bens dos controladores e dos ex-administradores da instituição ficam indisponíveis, segundo a autoridade monetária.

As movimentações da empresa grupo de propriedade do bilionário João Carlos Mansur representam menos de 0,001% da soma total dos ativos do sistema financeiro, e, portanto, a companhia é enquadrada no segmento “S4”, da regulação prudencial. Logo, a liquidação não deve causar um impacto maior nos recursos de outras instituições, ao contrário do Master, que possui ligações com a Reag Investimentos, ao atuar como prestadora de serviços para a instituição desde 2023. De julho daquele ano até o mesmo mês em 2024, o Master teria

movimentado R\$ 11,5 bilhões em fundos suspeitos controlados pela Reag, como indicam as apurações.

A Reag Investimentos é considerada uma das maiores gestoras e administradoras independentes do país. Em setembro de 2024, tinha sob gestão R\$ 218 bilhões de 486 fundos, conforme o último balanço. De acordo com o Master, liquidado em 18 de novembro do ano passado, a relação seria “estritamente operacional”, como ocorre com diversas outras instituições do mercado. A Reag Capital Holding S.A. administrava a Reag Investimentos e a CiabraSE, também mencionada na Carbono Oculto. Essa última foi adquirida pelo Grupo Planner, na semana passada, em um negócio que envolvia a venda de uma oferta pública de aquisição de ações, o que, na prática, é um artifício utilizado pelo novo controlador para comprar as papéis em circulação e assumir o controle da empresa oficialmente. Até outubro do ano passado, a holding atuava como companhia aberta, até passar por uma reorganização das subsidiárias.

Fundada em 2012, a Reag já atuou em outros setores, como o teatro e o futebol, onde participou de projetos de entretenimento do estádio do Palmeiras, no antigo Parque Antarctica (atual Allianz Parque), antes de fundar a holding. Investigado na Operação Compliance Zero, o executivo renunciou ao cargo de presidente do conselho de administração da Reag Investimentos em setembro do ano passado.

Mansur é graduado em ciências contábeis e acumula 35 anos de experiência no mercado financeiro, além de ser um conselheiro independente autorizado

## O caminho da fraude

A Reag Investimentos prestava serviços ao Banco Master desde 2023, a partir de quando as investigações apontaram uso de fundos controlados pela empresa para ocultar fraudes

**BANCO MASTER**

Fundação: **1974**

Proprietário: **Daniel Vorcaro**

O banco é investigado pela emissão de títulos de crédito falsos (a exemplo, CDBs com rendimentos de 140%, muito acima do praticado pelo mercado), além de uma série de outras irregularidades.

**(Fundos suspeitos sob administração da Reag)**

**PODEM FUNCIONAR COMO**

**“caixas-pretas”:** estruturas legais, com aparência regular, mas utilizadas para circular recursos de origem duvidosa, diluindo rastros e dificultando a supervisão.

Fundação: **2012**

Proprietário: **João Carlos Mansur**

■ De acordo com as investigações da Receita Federal, a Reag gerenciava a administrava fundos utilizados para blindagem patrimonial e aquisição de ativos estratégicos, como usinas de etanol e distribuidoras.

Fonte: Polícia Federal

pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Ele atuou em outras empresas como PricewaterhouseCoopers (PwC), Monsanto, Tishman Speyer e WTorre Arenas, onde participou da criação do Allianz Parque.

Em meio a mais uma liquidação decretada pelo Banco Central, a Bolsa de Valores de São Paulo fechou o segundo dia seguido acima dos 165 mil pontos. Ontem, bateu novo recorde após avançar 0,26% na sessão, para 165,558 pontos. Na

semana, o índice da B3 acumula ganho de 1,35% e, no mês, avança 2,76%. O Índice Dow Jones encerrou o pregão com alta de 0,6%, e o Nasdaq, avançou 0,25%. O dólar, por sua vez, recuou 0,61%, para R\$ 5,368. **(Com Agência Estado)**

# Toffoli indica quatro peritos

» LUANA PATRIOLINO

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli nomeou, ontem, quatro peritos da Polícia Federal para extrair e analisar os dados do material apreendido na Operação Compliance Zero, que apura o suposto esquema de fraude do Banco Master. Os bens e aparelhos eletrônicos estão sob custódia do Ministério Público Federal (MPF) por determinação do magistrado.

Toffoli destacou que os servidores terão livre acesso ao material apreendido e deverão contar com o apoio da Procuradoria-Geral da República (PGR) para acompanhamento dos trabalhos periciais. Os nomes indicados são: Luis Filipe da Cruz Nassif; Tiago Barroso de Melo; Enelson Candêia da Cruz Filho; e Lorenzo Victor Schrepel Delmutti.

Inicialmente, o ministro havia determinado que as provas fossem armazenadas e lacradas no edifício-sede da Corte — o que

não é de praxe. Ele havia ordenado que as autoridades competentes iriam periciar, mas não especificava quais nem como. Depois, a PF e a PGR pediram a reconsideração dessa decisão. Toffoli determinou que a guarda do material ficasse com a PGR e, ontem, autorizou a perícia por parte da Polícia Federal.

Ontem, a Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais (APCF) havia emitido nota manifestando “preocupação” com o risco de perda de provas. “A posteriorização do envio ou a realização dos exames fora das unidades oficiais de criminalística, sobretudo em relação a dispositivos eletrônicos, pode levar à perda de vestígios relevantes para a persecução penal, ou mesmo à perda de oportunidades técnicas, por vezes irrepetíveis, como a análise de aparelhos ainda ativos ou recentemente desbloqueados”, disse a entidade.

Nas diligências da segunda fase da Operação Compliance Zero,

os agentes recolheram 39 aparelhos celulares; 31 computadores; 30 armas; R\$ 645 mil em espécie; 23 veículos, avaliados em R\$ 16 milhões; e documentos considerados relevantes para o avanço das investigações. Toffoli determinou que a Procuradoria-Geral da República mantenha os dispositivos eletrônicos carregados e desconectados da internet e rede de telefonia.

## Embate com a PF

Na manhã de quarta-feira, foi realizada a segunda fase da tarefa que investiga um esquema de fraudes financeiras no Master — que incluiu buscas em endereços ligados a Daniel Vorcaro, dono da empresa, e parentes dele. A operação foi autorizada por Dias Toffoli, que teceu críticas à Polícia Federal. O magistrado disse que há “falta de empenho” e demora por parte da corporação no cumprimento das ordens judiciais.

O empresário Nelson Tanure e o investidor João Carlos Mansur, ex-presidente da gestora de fundos Reag Investimentos, também estiveram entre os alvos da ação. Segundo o ministro, surgiram indícios da prática de novos ilícitos supostamente cometidos pelo investigado, o que justificaria a ampliação das medidas. Ao reclamar da demora, o ministro do Toffoli argumentou que pessoas envolvidas em irregularidades podem “estar descaracterizando provas essenciais”, podendo comprometer as investigações.

A investigação da Polícia Federal indica que o Banco de Brasília (BRB) realizou operações consideradas irregulares com o Banco Master numa tentativa de dar fôlego à instituição de Daniel Vorcaro, enquanto o Banco Central analisava a proposta de aquisição. O BRB formalizou a oferta em março do ano passado, mas o negócio foi vetado pelo BC em setembro.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

Dias Toffoli recua e deixa PF analisar dados de material apreendido

Segundo as apurações, o Master vendeu R\$ 12,2 bilhões em carteiras de crédito que nunca existiram ao BRB e tentou justificar a operação junto à autoridade monetária com documentos falsificados.

Investigadores apontam que integrantes da cúpula dos dois bancos produziram títulos fictícios para dar aparência de legalidade à transferência de valores realizada entre janeiro e maio de 2025.

## » Congresso mobiliza várias CPIs

O escândalo envolvendo o Banco Master e a atuação de entidades religiosas passou a impulsionar, no Congresso Nacional, uma ofensiva parlamentar para aprofundar as investigações sobre o caso, que já é alvo da Polícia Federal e do Tribunal de Contas da União (TCU). A repercussão levou à coleta de assinaturas tanto para a criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), no âmbito Congresso, quanto para uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara dos Deputados. Entre os signatários do requerimento da CPMI está o senador Fabiano Contarato (PT-ES), presidente da CPI do Crime Organizado no Senado. O parlamentar formalizou apoio ao pedido ontem e classificou o caso como de “gravidade sem precedentes”, defendendo uma apuração profunda, técnica e independente por parte do Legislativo. **(Wal Lima)**

# Moraes investiga quebra de sigilo

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes abriu um inquérito para investigar se a Receita Federal e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) quebraram, de forma irregular, o sigilo fiscal dos integrantes da Corte e de seus parentes. A informação foi revelada pelo site Poder 360 e confirmada pelo **Correio**. Especialistas ouvidos pela reportagem discordam sobre a constitucionalidade do poder do

magistrado em autorizar uma investigação que envolve ele próprio.

A decisão de Moraes ocorre após a divulgação na imprensa de contratos milionários da mulher dele, a advogada Viviane de Barci, com o Banco Master, alvo de investigação da Polícia Federal por fraude, além de supostos negócios entre os irmãos do ministro Dias Toffoli, relator do caso na Corte com a Reag — também investigada na Operação Compliance Zero e liquidada pelo Banco Central.

Segundo o professor e advogado criminalista Alexandre Knoppholz, a determinação de abertura de inquérito para apurar vazamentos de dados dos próprios ministros tem o mesmo modus operandi adotado pelo STF no caso das fake news o que, para ele, não é usual. “Sem adentrar na discussão da legalidade dessa decisão, é inegável que se trata de algo pouco comum, que permite ilações, ainda que não verdadeiras, de que o objetivo do inquérito seria funcionar como meio de

pressão para que os órgãos de controle deixem de investigar os julgadores e seus familiares.” O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seccional Rondônia, Márcio Nogueira, reforçou que o ordenamento jurídico brasileiro não admite a figura do juiz-vítima-investigador-decisor. “Isso compromete o princípio da imparcialidade, esvazia o devido processo legal e cria mais um precedente institucional perigoso para o Estado Democrático de Direito”, frisou. **(LP)**